



NO AR: Migalhas nº 5.560

COLUMNAS

Home > Colunas > Direito Legislativo Com Murillo De Aragão > Segurança Jurídica No Brasil: Um Debate Necessário

Direito Legislativo com Murillo de Aragão

Segurança jurídica no Brasil: um debate necessário

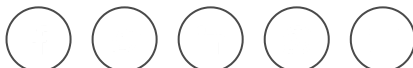


★ Murillo de Aragão

sexta-feira, 24 de fevereiro de 2023

Atualizado às 08:02

Compartilhar



0



Comentar

Siga-nos no Google News

A - A +

A segurança jurídica é fundamental para a prosperidade econômica e social de um país. Quando as pessoas e as empresas têm confiança na estabilidade e previsibilidade das leis e nas instituições jurídicas do país, elas ficam mais propensas a investir, inovar e empreender.

Isso porque a segurança jurídica fornece um ambiente estável e previsível para as atividades econômicas, garantindo que as regras do jogo sejam claras e aplicáveis a todos. Além disso, contribui para reduzir a incerteza e o risco associados a investimentos e negócios, tornando mais fácil para as empresas planejarem a longo prazo e atrair investimentos estrangeiros.

A segurança jurídica também ajuda a proteger os direitos de propriedade e os contratuais, bem como previne contra a corrupção e outras práticas ilegais. O que, por

sua vez, promove a confiança nas transações comerciais e aumenta a credibilidade e a imagem do país no cenário internacional. Assim, é um dos fatores mais importantes na busca por um ambiente propício ao crescimento.

Contudo, mesmo com a obviedade dos aspectos positivos proporcionados pela segurança jurídica, o Brasil é considerado um país juridicamente inseguro. Devido a uma série de fatores, como: a corrupção nas relações público-privadas; a morosidade do sistema judicial; a impunidade; a complexidade do sistema jurídico; a enorme quantidade de leis; o abuso de competências na administração pública, que "legisla" acima das leis aprovadas no Congresso.

O Judiciário é palco de disputas que revelam o nível de insegurança jurídica no país. Debate-se agora no Supremo Tribunal Federal, por exemplo, se cabe a cobrança de IPTU em imóveis utilizados por concessionárias de serviços públicos. No caso das empresas públicas, o imposto não era cobrado devido à natureza do serviço prestado. Mas, com a participação de empresas privadas nesse tipo de demanda, veio o debate. O detalhe é que nunca se informou da possibilidade de cobrança de IPTU quando da oferta da concessão.

A confusão existente no nosso sistema tributário também provoca insegurança jurídica, levando a intermináveis embates no Judiciário. Em 2019, estimava-se que havia mais de R\$ 5 trilhões em disputa nas esferas administrativa e judiciária referentes a impostos. Em debates recorrentes com investidores estrangeiros recolhidos, nas últimas décadas, críticas à insegurança jurídica no Brasil. Reclamam do emaranhado de leis, do protagonismo da burocracia e das decisões contraditórias do Judiciário que afetam o passado.

Relatório produzido pela Confederação Nacional da Indústria produzido em 2021 coloca o Brasil em 15º lugar entre 18 países, à frente apenas de Argentina, Peru e Colômbia, entre as nações selecionadas no estudo. Fato é que todo mundo reclama da insegurança jurídica no Brasil, mas pouco se faz de concreto para dar mais segurança jurídica aos investimentos no país. O que fazer?

Considero que o passo inicial é identificar as razões da percepção da existência de insegurança jurídica no país. A partir daí, identificar objetivamente o que provoca a insegurança e tratar das causas por meio de uma concentração entre os poderes públicos e o setor privado. O Congresso é a instituição adequada para coordenar o debate e, depois, aprovar legislações específicas sobre o tema. A discussão deve envolver a Procuradoria-Geral da República e o Conselho Nacional de Justiça, entre outros órgãos públicos e entidades privadas.

O deputado federal Eduardo Bismarck (PDT-CE), uma das promissoras lideranças do Parlamento brasileiro, pretende discutir o assunto a partir de uma investigação sobre o que provoca a insegurança jurídica e afasta investimentos no país. Nesse sentido, é possível que seja criado um grupo de trabalho visando abordar o tema. A partir do diagnóstico fornecido pelo Congresso, uma série de medidas podem ser implementadas em vários níveis da administração pública e do Judiciário, de forma a assegurar mais transparência e efetividade à aplicação de normas e leis no país.

Não há dúvida de que o tema deve ser tratado pelo Congresso a partir do recolhimento de depoimentos e sugestões sobre o tema. Sobretudo para se identificar

o prejuízo que a insegurança jurídica causa aos empregos, impostos, divisas e investimentos em geral.



Siga-nos no  News

EDITORIAS

Migalhas Quentes
Migalhas de Peso
Colunas
Migalhas Amanhecidas
Agenda
Mercado de Trabalho
Migalhas dos Leitores
Pílulas
TV Migalhas

SERVIÇOS

Academia
Autores
Migalheiro VIP
Catálogo de Escritórios
Correspondentes
Eventos Migalhas
Livraria
Precatórios
Webinar

ESPECIAIS

#covid19
dr. Pintassilgo
Lula Fala
Vazamentos Lava Jato

MIGALHEIRO

Central do Migalheiro
Fale Conosco
Apoiadores
Fomentadores
Perguntas Frequentes
Termos de Uso
Quem Somos

MIGALHAS NAS REDES



ISSN 1983-392X
